

ORÇAMENTO

A emenda que favorece as regiões mais pobres na distribuição orçamentária é "inaplicável", na opinião de José Serra. "Isso só vai criar falsas expectativas."



Serra



Gasparian



Gadelha

O dispositivo constitucional, aprovado na última semana, que estabelece prioridade na distribuição orçamentária para as regiões mais pobres e mais populosas "está acima de qualquer viabilidade política, econômica ou social", no entender do deputado paulista José Serra. "Isso vai agravar de forma destrutiva os conflitos de natureza regional." Apesar de um acordo feito desde a época dos trabalhos das subcomissões, Serra lamentou o fato de o texto que resultou da fusão de emendas ter ficado prejudicado quando dele foi retirada a expressão que condicionava a aplicação do dispositivo "com base no crescimento real da despesa de custeio e de investimentos".

Como entre os gestos a serem redistribuídos figuram os de custeio (destinados a manter atividades em funcionamento) e como os investimentos representam uma proporção menor da despesa total, Serra tira suas conclusões: "A obediência do dispositivo que exclui o aumento real acabaria levando ou à liquidação de atividades federais nas regiões mais desenvolvidas do País (fábrica, hospitais, escritórios de empresas) ou a seu transplante para regiões mais povoadas e menos desenvolvidas".

Serra prevê ainda que, se a emenda for aplicada da maneira como foi redigida pelo Centrão, isso significará a implantação do modelo cambojano. (Serra referia-se à experiência do Camboja de esvaziamento das cidades e regiões mais desenvolvidas, o que contribuiu para a desorganização da economia.)

"Para Ajudar"

O deputado Fernando Gasparian (PMDB-SP), que votou favoravelmente a emenda do deputado José Luís Maia (PDS-PI), discorda de Serra. "Votei a emenda não apenas para ajudar o Nordeste e outros regiões carentes, mas, sobretudo, para ajudar São Paulo, que só recebe problemas com a migração e a falta de desenvolvimento das outras regiões", justificou Gasparian. Dessa forma, o parlamentar imagina que a emenda vai contribuir não só para que as regiões mais carentes tornem-se mais ricas como vai evitar o inchaço dos grandes centros urbanos, como São Paulo, "que recebe um exodo descontrolado, principalmente do Nordeste".

Gasparian oferece uma interpretação particular à emenda. Segundo ele, a proposta pretende conseguir, para as regiões

mais carentes, o mesmo que hoje é praticado na Inglaterra, que concentra em lugares menos desenvolvidos suas maiores empresas. "Por que a Casa da Moeda está no Rio, um Estado rico, e não em Pernambuco, por exemplo?", indaga Gasparian. "Daqui por diante, a partir da promulgação de futura Constituição e dos próximos orçamentos fiscal e das estatais, o governo poderá contribuir para o desenvolvimento das regiões mais pobres, sem retirar das mais ricas as suas conquistas."

José Serra rebate todos os argumentos de Gasparian. "A intenção da emenda não corresponde ao resultado que ela vai produzir", alerta. "O acolhimento da emenda com uma predisposição para que não venha a ser aplicada representaria uma irresponsabilidade não apenas com a Constituinte, mas com o próprio Nordeste, face às falsas expectativas que o dispositivo cria."

O mais difícil da emenda, na opinião do deputado Luís Roberto Pontes (PMDB-RS), é sua aplicabilidade. "Como a emenda não é muito precisa (ela recomenda que, de forma progressiva, no prazo de até dez anos, os orçamentos fiscal e das estatais sejam distribuídos de forma proporcional à população, de modo a reduzir as desigualdades regionais), sua aplicação será dificultada porque não se indica a maneira."

O líder do PFL no Senado, Marcondes Gadelha, vislumbra na emenda uma forma de fazer justiça ao Norte, Nordeste e Centro-Oeste. "Ela vai permitir essa justiça possivelmente a partir deste ano, uma vez que essas regiões são as mais pobres e têm grandes contingentes populacionais. Mas em nenhum momento os orçamentos retirarão recursos já comprometidos com os Estados mais ricos."

José Serra contesta. Para ele, essa emenda "de inspiração puramente nordestina e visando a atrair mais recursos para aquela região" é mais um ganho para os nordestinos. "É preciso lembrar que, face às mudanças tributárias da nova Constituição, os ganhos da macrorregião Norte-Nordeste equivalem de duas a três vezes os da região Sul-Sudeste", diz. "Isso deveu-se ao grande peso e influência dos constituintes do Norte-Nordeste na subcomissão tributária e na comissão temática. Afirmar o contrário equivale não apenas e desqualificar seu trabalho como a rejeitar irrefutáveis evidências numéricas."